

Ventos de São
Felipe Energias
Renováveis S.A.
(

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A
Maracanaú – CE**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram auditadas por outros auditores que emitiram uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras em 07 de maio de 2021.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 11 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Diego Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O-2

Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.353	5.620.275	Fornecedores		702.690	216.010
Aplicações financeiras	5	18.359.916	-	Dividendos a pagar	10	1.227.761	-
Contas a receber de clientes	6	6.499.018	-	Empréstimos e financiamentos	9	3.927.534	-
Impostos a recuperar		164.458	12.506	Partes relacionadas - fornecedores	15	39.855	633.808
Adiantamento fornecedor		4.578	5.946	Obrigações fiscais		1.952.799	81.286
Partes relacionadas - outros créditos	15	1.469.826	-	Obrigações trabalhistas		37.526	-
Despesas antecipadas	7	206.930	37.733	Outras contas a pagar		50.880	20.306
				Obrigações com arrendamentos		-	11.956
				Total do Passivo Circulante		7.939.045	963.366
Total do Ativo Circulante		26.719.079	5.676.460	Empréstimos e financiamentos	9	174.722.573	53.098.966
Aplicações financeiras Vinculadas	5	4.376.654	-				
Despesas antecipadas	7	623.385	2.617.748	Total do Passivo Não circulante		174.722.573	53.098.966
Realizável a longo prazo		5.000.039	2.617.748	Patrimônio líquido	10		
Imobilizado	8	244.863.970	84.361.600	Capital social		90.041.803	41.285.130
Intangível		193.572	193.572	Reserva legal		389.954	-
				Reserva de lucros a distribuir		3.683.284	-
		245.057.542	84.555.172	Lucros ou (prejuízos) acumulados		-	(2.498.082)
Total do Ativo Não Circulante		250.057.581	87.172.920	Total do Patrimônio líquido		94.115.042	38.787.048
Total do Ativo		276.776.660	92.849.380	Total do Passivo		182.661.618	54.062.332
				Total do Passivo e Patrimônio líquido		276.776.660	92.849.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	11	23.772.750	-
Custos operacionais	12	<u>(4.637.968)</u>	<u>-</u>
Lucro (prejuízo) bruto		19.134.782	-
Despesas gerais ou administrativas	13	<u>(1.159.562)</u>	<u>(1.504.343)</u>
Resultado antes das (despesas) e receitas financeiras líquidas e tributos		17.975.220	(1.504.343)
Receitas financeiras	14	463.442	402
Despesas financeiras	14	<u>(9.677.296)</u>	<u>(5.727)</u>
Despesas e receitas financeiras líquidas		(9.213.854)	(5.325)
Resultado antes dos tributos sobre lucro		8.761.366	(1.509.668)
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	<u>(962.284)</u>	<u>-</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		<u>7.799.082</u>	<u>(1.509.668)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício	<u>7.799.082</u>	<u>(1.509.668)</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>-</u>	<u>-</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Resultado abrangente total	<u>7.799.082</u>	<u>(1.509.668)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A.

Demonstração de mutações do patrimônio líquido - Controladora e consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	26.227.599	(3.753.970)	-	-	(988.414)	21.485.215
Capital subscrito	63.604.194	(63.604.194)	-	-	-	-
Capital integralizado	-	18.811.501	-	-	-	18.811.501
Lucro ou (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(1.509.668)	(1.509.668)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	89.831.793	(48.546.663)	-	-	(2.498.082)	38.787.048
Saldos em 01 de janeiro de 2021	89.831.793	(48.546.663)	-	-	(2.498.082)	38.787.048
Capital subscrito	210.010	(210.010)	-	-	-	-
Capital integralizado	-	48.756.673	-	-	-	48.756.673
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Lucro ou (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	7.799.082	7.799.082
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	-	389.954	-	(389.954)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(1.227.761)	(1.227.761)
Reserva de lucros a distribuir	-	-	-	3.683.284	(3.683.284)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	90.041.803	-	389.954	3.683.284	-	94.115.042

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		7.799.082	(1.509.668)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	8	2.661.973	37.429
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9	8.340.106	-
Juros sobre arrendamentos		-	2.221
Rendimento de aplicação	14	(449.944)	-
Resultado da baixa de imobilizado		-	88.058
		18.351.217	(1.381.960)
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	6	(6.499.018)	-
Impostos a recuperar		(151.952)	(12.506)
Adiantamentos a fornecedores		1.368	(5.922)
Despesas antecipadas	7	1.825.166	(2.138.377)
Partes relacionadas - outros créditos		(1.469.826)	-
Fornecedores		486.680	216.010
Partes relacionadas - fornecedores	15	(593.953)	-
Obrigações trabalhistas		37.526	-
Obrigações fiscais		1.871.513	80.519
Outras contas a pagar		30.574	20.306
Obrigações com arrendamentos		(11.956)	-
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		13.877.339	(3.221.930)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	5	(22.286.626)	-
Aquisição de imobilizado	8	(163.164.343)	(62.206.121)
Capitalização de imobilizado		6.666.432	-
Aquisição de intangível		-	(26.680)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento		(178.784.537)	(62.232.801)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento/integralização de capital	10	48.756.673	18.811.501
Partes relacionadas		-	557.645
Obrigações com arrendamento		-	(33.317)
Captações de empréstimos e financiamentos	9	114.030.472	51.730.241
Custo de captação	9	(3.485.869)	-
Fluxo de caixa líquido provenientes das (utilizado nas) atividades de financiamento		159.301.276	71.066.070
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(5.605.922)	5.611.339
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.620.275	8.936
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		14.353	5.620.275
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(5.605.922)	5.611.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A., “Companhia”, situada na Rod. Doutor Mendel Steinbruch, número 10800, sala 290 - Distr. Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 23 de janeiro de 2018.

A Companhia sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com a portaria nº 11, de 09 de janeiro de 2019 do Ministério de Minas e Energia (MME), a outorgada tem até 1º de janeiro de 2024 para iniciar a operação comercial da 1ª e 2ª unidade geradora. O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 63,0 MW, conforme despacho nº 1.650 de 06 de junho de 2019. De acordo com o despacho nº 2.520 de 18 de agosto de 2021, iniciou operação comercial a partir de 19 de setembro de 2021 quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema.

A Companhia tem por objeto social: (i) o desenvolvimento, implantação, administração e operação do parque eólico denominado EOL Martina 11; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir da EOL Martina 11; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

Impactos sobre Covid-19 (coronavírus)

Em março de 2020, foi declarada pelas autoridades sanitárias internacionais e brasileiras a existência da pandemia do Covid-19. Assim como todas as empresas, a Companhia tem acompanhado todas as medidas sanitárias impostas e os reflexos econômicos causados pelas medidas de isolamento e pelo aumento da pandemia. De maneira mais específica, a Companhia identificou as seguintes questões peculiares:

- Necessidade de redução do número das equipes de campo e adoção de medidas extras de isolamento social e proteção individual;
- Existência de decretos municipais e estaduais que vedaram a circulação de pessoas e veículos em certas áreas; e
- Necessidade de apresentação de planos de ações para prefeituras com a finalidade de se permitir a manutenção dos serviços essenciais previstos na Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 e Decreto nº 10.329 de 28 de abril de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento do coronavírus.

Apesar das medidas impostas, não houve efeitos econômicos e financeiros para a Companhia, visto que sua atividade principal é relacionada à geração de energia elétrica e os custos e despesas para continuidade das suas atividades serão mantidos através de suas operações de venda de energia futura, empréstimos e aportes de seus acionistas, adicionalmente a Companhia iniciou suas operações pós período pandêmico. Também não houve impacto no cronograma de implantação..

A Companhia adotou rígido protocolo de prevenção à pandemia em todas as suas unidades, preservando, assim, a saúde de seus colaboradores e evitando a propagação do vírus. Dentre as medidas, ressalta-se, o cancelamento de viagens nacionais, suspensão de reuniões presenciais, adoção de home office, adoção de distanciamento social, rodízio de colaboradores para evitar aglomerações, utilizações de meios de atendimento remotos, dentre outras.

A Companhia continuará atendendo às orientações dos órgãos competentes e poderá adotar novas medidas preventivas, sempre que necessárias, com a finalidade de manter a segurança de seus colaboradores.

2 Base de preparação e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 11 de abril de 2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia não possui premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(ii) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedor e partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não identificou quaisquer indícios de “impairment” com relação aos seus ativos não financeiros

2.7 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não constituiu provisão para desmobilização considerando que não há obrigação legal e contratual em seus contratos de arrendamentos.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados pela Companhia considerando o regime de tributação atual. Na data-base das demonstrações financeiras, a Companhia não possui diferenças temporárias.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.10 Arrendamento

A Companhia avaliou o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) na data de 1º de janeiro de 2019, se utilizando do método de transição retrospectiva cumulativa, sem a rerepresentação dos valores comparativos, conforme expediente prático previsto na referida norma. Com isso, os ativos e passivos na data da adoção inicial são os mesmos, e foram calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de desenvolvimento, trazidos a valor presente pela taxa nominal incremental de empréstimos que foi calculada em 7,84% ao ano.

A Companhia não adotou o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2), para os contratos de arrendamento e de Direito de Uso, a partir do início operacional, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos os valores não são conhecidos.

2.11 Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2021

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas para preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Revisão anual das normas IFRS 2018-2020;
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 26);
- Definição de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 23).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2021 e 2020 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, apresentados na nota 9, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao IPCA.

Análise de sensibilidade

	Saldo 31/12/2021	Risco	Cenário Provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) - CDB	18.359.916	Varição do CDI	18.359.916	18.377.599	18.381.135
Efeito no resultado	320.047		320.047	337.730	341.266
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas)	4.376.654	Rendimentos em FI	4.376.654	4.392.826	4.396.061
Efeito no resultado	129.897		129.897	146.069	149.304
Saldo de empréstimos e financiamentos	(178.650.107)	IPCA	(178.650.107)	(179.698.875)	(179.908.629)
Efeito no resultado	(8.340.107)		(8.340.107)	(9.388.875)	(9.598.629)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	14.353	14.985
Aplicações financeiras	-	5.605.290
Total	<u>14.353</u>	<u>5.620.275</u>

As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas no Banco do Nordeste do Brasil e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas principalmente pela variação de 99,00% do CDI e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento. Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos no CPC 03 (R2), foram classificadas como equivalentes de caixa.

5 Aplicações financeiras

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras (a)	18.359.916	-
Aplicações financeiras vinculadas (b)	4.376.654	-
Total	<u>22.736.570</u>	<u>-</u>
Ativo circulante	18.359.916	-
Ativo não circulante	4.376.654	-

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas nos bancos ABC Brasil e BTG Pactual e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas, principalmente, pela variação de 80% e 85% do CDI em 31 de dezembro de 2021 e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento. Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos no CPC 03, foram classificadas como equivalentes de caixa.
- (b) As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas no Banco do Nordeste do Brasil S.A. em conta de fundo de liquidez constituído por meio do Contrato de Financiamento celebrado com a instituição financeira em 30 de dezembro de 2019, onde as liberações foram realizadas a partir de maio de 2021. Conforme instrumento de crédito, o fundo de liquidez será mantido por todo período do mesmo instrumento, sendo os valores dados em garantia e podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas ao Contrato de Financiamento. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 9,96% no ano de 2021.

6 Contas a receber de clientes

	31/12/2021	31/12/2020
Câmara de Comercialização de Energia (a)	1.425.844	-
Anglo American Minerio de Ferro Bra S.A	5.073.174	-
	<u>6.499.018</u>	<u>-</u>

- (a) Refere-se a saldo de exposição positiva nas operações de compra e venda de energia no âmbito da CCEE.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber por não haver perdas históricas, bem como por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresenta títulos vencidos em 31 de dezembro de 2021, todo o saldo a receber está a vencer.

7 Despesas antecipadas

	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios de seguro a apropriar	-	340.773
Outros seguros a apropriar	830.315	4.383
Custos de empréstimos (a)	-	2.310.325
	830.315	2.655.481
Ativo circulante	206.930	37.733
Ativo não circulante	623.385	2.617.748

- (a) Conforme item 19 do CPC 08 (R1), os custos de transação enquanto não captados os recursos devem ser apropriados e mantidos em conta transitória e específica do ativo como pagamento antecipado. A baixa do saldo se dará na captação dos recursos ou se a operação não se concretizar.

8 Imobilizado e direito de uso

a. Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2021	31/12/2020
Torres anemométricas	10%	178.137	(23.771)	154.366	172.180
Edificações	3,33% a 4%	29.352.022	(347.384)	29.004.638	-
Custos e tarifas de leilão		-	-	-	13.248
Licenciamento ambiental		-	-	-	1.352.235
Adiantamento a fornecedores de imobilizado		-	-	-	46.331.315
Imobilizado em andamento		-	-	-	36.478.084
Máquinas e Equipamentos	1,85% a 16,67%	217.983.941	(2.278.975)	215.704.966	-
Ativo direito de uso		-	-	-	14.538
Total		247.514.100	(2.650.130)	244.863.970	84.361.600

b. Movimentação do imobilizado

	31/12/2020	Adições	Transferências	Depreciação	31/12/2021
Torres anemométricas (i)	172.180	-	-	(17.814)	154.366
Edificações	-	-	29.352.022	(347.384)	29.004.638
Custos e tarifas de leilão	13.248	-	(13.248)	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	2.127	217.981.814	(2.278.975)	215.704.966
Licenciamento ambiental	1.352.235	-	(1.352.235)	-	-
Adiantamento fornecedores Imobilizado	46.331.315	138.789.396	(185.120.711)	-	-
Imobilizado em andamento	36.478.084	24.369.558	(60.847.642)	-	-
Ativo direito de uso de bens arrendados	14.538	3.262	-	(17.800)	-
Total	84.361.600	163.164.343	-	(2.661.973)	244.863.970

	31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2020
Torres anemométricas (i)	86.896	184.821	(88.058)	(11.478)	172.180
Custos e tarifas de leilão	13.248	-	-	-	13.248
Licenciamento ambiental	207.764	1.144.471	-	-	1.352.235
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	20.340.668	25.990.647	-	-	46.331.315
Imobilizado em andamento	223.176	36.254.908	-	-	36.478.084
Ativo direito de uso	36.590	3.898	-	(25.950)	14.538
Total	20.908.342	63.578.745	(88.058)	(37.429)	84.361.600

Refere-se à compra de torres anemométricas para estudos e medições da energia eólica e que se encontram em uso. A taxa de depreciação anual utilizada é de 10%.

9 Empréstimos e financiamentos

Em 30 de dezembro de 2019, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) destinado à implantação do Empreendimento Ventos de Santa Martina 11, no valor de R\$ 166.830.472, a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para aplicação na aquisição de bens e realização de serviços.

Os encargos da operação correspondem a taxa de juros dos fundos constitucionais (TFC), apurada mensalmente, composta pelo fator de atualização monetária derivado do IPCA, acrescido de taxa de juros básicos fixos de 1,15422% a.a. (considerando-se a incidência de bônus de adimplência de 15% para pagamentos das parcelas da dívida pagas integralmente até a data do respectivo vencimento). O período total de pagamento é de 198 meses com carência de 32 meses. Os *covenants* do contrato firmado são aqueles usuais para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao Banco do Nordeste, e a garantia do mesmo se dá por meio de fiança bancária que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do Empreendimento.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se adimplente com suas obrigações estipuladas no contrato.

a. Composição do saldo

Banco	Tipo	31/12/2021	31/12/2020
Banco do Nordeste do Brasil S.A	FNE	178.650.107	53.098.966

b. Movimentação da conta

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo em 1º de janeiro	<u>53.098.966</u>	-
Captações de empréstimo e financiamento	114.030.472	52.800.000
Juros sobre empréstimos e financiamentos	8.340.106	1.368.725
Capitalização de imobilizado	6.666.432	-
Custo de captação (a)	(3.485.869)	(1.069.759)
Saldo 31 de dezembro	<u>178.650.107</u>	<u>53.098.966</u>
Circulante	3.927.534	-
Não circulante	<u>174.722.573</u>	<u>53.098.966</u>

(a) O custo de captação não teve efeito caixa durante o ano de 2021.

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	<u>31/12/2021</u>	
	Valor	%
2023	8.340.436	5%
2024	8.279.332	5%
2025	8.658.185	5%
2026	8.731.374	5%
2027	8.709.169	5%
2028	9.221.427	5%
2029	9.696.519	6%
2030	10.214.367	6%
2031	10.800.321	6%
2032	11.215.846	6%
2033	11.714.532	7%
2034	12.319.461	7%
2035	12.911.747	7%
2036	13.588.128	8%
2037	14.238.046	8%
2038	14.278.823	8%
2039	1.804.860	1%
Total	<u>174.722.573</u>	<u>100%</u>

10 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 41.285.130 (R\$ 41.285.130 em 2020) e está representado por R\$ 41.285.130 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

	31/12/2021		31/12/2020	
	(%) de ações	Valor	(%) de ações	Valor
Acionistas				
Ventos de São Felipe Holding S.A.	100%	90.041.803	100,00%	41.285.130
Total	100%	90.041.803	100,00%	41.285.130

Aumento de capital

De acordo com Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 04 de novembro de 2021, foi subscrito capital no montante de R\$ 210.010 e integralizado capital nesta data no montante de R\$ 210.010 com moeda funcional da Companhia com entrada em caixa e equivalente de caixa.

No exercício de 2021, foram realizadas integralizações de capital conforme boletins de integralizações no montante de R\$ 48.546.663 com entrada em caixa e equivalente de caixa.

Dividendos

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Este valor para o exercício de 2021 é de R\$ 1.227.761.

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O valor da reserva legal referente ao exercício de 2021 é de R\$ 389.954, não houve constituição de reserva legal em 31 de dezembro de 2021.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2021 foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$ 3.683.284. Não houve constituição em 31 de dezembro de 2021.

11 Receita operacional líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Energia elétrica de curto prazo – geração própria	24.673.326	-
PIS	(160.376)	-
Cofins	(740.200)	-
Total	23.772.750	-

12 Custos operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Mão-de-obra	(165.526)	-
Energia comprada para revenda	(652.408)	-
Amortizações e depreciações	(2.643.964)	-
Outros custos	(106.394)	-
Serviços - pessoa jurídica	(135.259)	-
Gastos operacionais – geração energia	(444.966)	-
Seguros	(235.351)	-
Gastos com propriedades	(254.100)	-
Total	(4.637.968)	-

13 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Taxas e emolumentos	-	(35.021)
Serviços terceiros	(267.728)	(77.856)
Gastos diversos	-	(34.975)
Despesas com seguros	-	(76.130)
Despesas com pessoal	-	(29.262)
Despesas com tributos	(2.467)	(3.581)
Despesas com cartório	-	(129.807)
Compartilhamento de despesa (a)	(648.254)	(915.283)
Despesas com publicações	-	(30.550)
Locação de máquinas e equipamentos	-	(44.510)
Indenizações de servidão de passagem	-	(89.939)
Despesas com escritórios	(116)	-
Despesas legais	(221.223)	-
Despesas com relações com o mercado	(1.765)	-
Depreciação	(18.009)	(37.429)
Total	(1.159.562)	(1.504.343)

- (a) Refere-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas pela Casa dos Ventos e posteriormente rateadas para a Companhia mediante contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes.

14 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações (a)	449.944	-
Juros por inadimplência CCEE	13.498	402
	<u>463.442</u>	<u>402</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.340.107)	-
Tarifas bancárias	(37.784)	(3.621)
Multas e juros passivos	(84)	-
Comissão de fiança	(1.213.487)	-
Amortização custo de empréstimos pré-operacional	(83.890)	-
Juros pagos a fornecedores	(1.251)	-
Juros sobre direito de uso	(693)	-
Juros de arrendamentos	-	(2.096)
Multas	-	(10)
	<u>(9.677.296)</u>	<u>(5.727)</u>
Total	<u>(9.213.854)</u>	<u>(5.325)</u>

- a) Os rendimentos das aplicações financeiras que são vinculadas a construção dos ativos qualificáveis não transitam pelas contas de resultado, e estão deduzidos dos custos dos empréstimos incorridos. Porém a

15 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

Em 31 de dezembro 2020

Passivo	
Partes relacionadas - fornecedores (a) (b)	633.808
Resultado	
Compartilhamento de despesas (a)	915.283

Em 31 de dezembro 2021

Ativo	
Partes relacionadas - outros créditos (b) (c)	1.469.826
Passivo	
Partes relacionadas - fornecedores (a) (b)	39.855
Resultado	
Compartilhamento de despesas (a)	648.253

- (a) A Companhia possui operações com partes relacionadas decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.

- (b) A Companhia possui despesas em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias de ativo e passivo até a sua liquidação.
- (c) A Companhia possui contratos de compra e venda de energia com a Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 05 de julho de 2018, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

16 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros não derivativos contratados com terceiros discriminam-se como segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes de caixa	14.353	14.353	5.620.275	5.620.275
Aplicações financeiras	22.736.570	22.736.570	-	-
Contas a receber de clientes	6.499.018	6.499.018	-	-
Adiantamento a fornecedor	4.578	4.578	5.946	5.946
Fornecedores	(702.690)	(702.690)	(216.010)	(216.010)
Empréstimos e financiamentos	(178.650.107)	(178.650.107)	(53.098.966)	(53.098.966)
Obrigações com arrendamento	-	-	(11.956)	(11.956)
Partes relacionadas (passivo)	(39.855)	(39.855)	(633.808)	(633.808)
Partes relacionadas - outros créditos (ativo)	1.469.826	1.469.826	-	-
Outras contas a pagar	(50.880)	(50.880)	(20.306)	(20.306)
Total	<u>(148.719.187)</u>	<u>(148.719.187)</u>	<u>(48.354.825)</u>	<u>(48.354.825)</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados ao custo amortizado não existindo avaliação sobre hierarquia de valor de justo.

17 Imposto de renda e contribuição social corrente

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
IR/CS corrente	<u>(962.284)</u>	<u>-</u>

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta	24.673.326	-
Alíquota de presunção	8%	-
Lucro presumido	1.973.866	-
IRPJ adicional/ Outras receitas não operacionais (a)	<u>575.086</u>	-
Alíquota vigente	25%	-
Imposto de renda corrente	(637.238)	-
CSLL/alíquota de presunção	12%	-
CSLL/Lucro presumido	2.960.799	-
Outras receitas não operacionais (a)	650.819	-
Alíquota vigente	9%	-
Contribuição social corrente	(325.046)	-

(a) Trata-se de receitas financeiras.

Em 2020 a Companhia era optante pelo o regime tributário do lucro presumido e apurou prejuízo. As direções de bases da receita financeira são decorrentes ao descrito na nota 14.a.

18 Contingências

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.